



**REUNIÃO NACIONAL AMPLIADA
FÓRUMS, COMITÊS E ARTICULAÇÕES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
Brasília, 10,11 e 12 de abril de 2019.**

DOCUMENTO FINAL

Nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2018, reuniram-se em Brasília cerca de 150 pessoas – estudantes, professores/as, camponeses/as, representantes de movimentos sociais e sindicais populares do campo, representantes de Fóruns, Comitês e Articulações de Educação do Campo de 24 estados da Federação em Reunião Nacional do Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC.

Durante três dias, o FONEC analisou a atual conjuntura nos aspectos da economia política, agrária e educacional do País; discutiu os desafios centrais para a Educação do Campo e elaborou um conjunto de Orientações políticas para a atuação do Fórum no próximo período.

A análise da conjuntura política, econômica, agrária e educacional do País indicou que a crise econômica é que impulsiona a crise política e não o contrário. A partir de 2014, as classes economicamente dominantes brasileiras decidiram retomar o poder a qualquer custo. Neste cenário, acirraram-se ainda mais as disputas pelos recursos públicos entre as representações do capitalismo industrial e financeiro. Em 2018, a burguesia tradicional não conseguiu, novamente, emplacar seu candidato. Bolsonaro aparece como personagem viável ao projeto de recrudescimento neoliberal associado a uma pauta neoconservadora que encontra capilaridade nas raízes da formação social do brasileiro. Mas é importante destacar que este neoconservadorismo pode ser visto como um dispositivo que desgasta o governo. Este cenário, por sua vez, exige resistência ativa.

O neoliberalismo se fortalece como ordem que atravessa e possui desdobramentos concretos no tecido social, mexendo, também, com a conduta das pessoas na intenção de estabelecer um padrão cultural com ancoragem nas leis de mercado, do empresariamento e da financeirização.

Os movimentos sociais podem fazer frente ao neoliberalismo a partir do desenvolvimento de experiências/contras-condutas antineoliberais. Já demonstraram serem capazes de desenvolver formas alternativas de produção e vida, de relação com a terra e o território, de formação humana, para além da resistência.

A reforma empresarial no campo educacional proposta já com hegemonia no governo Temer é hostil ao setor público em geral, trabalhando na promoção de políticas de formação humana com vistas a introduzir a lógica neoliberal na formação da juventude.



A concorrência está na ordem, para que os jovens sejam formados para disputar um lugar na sociedade em permanente competição. A competição entre escolas, entre alunos, são estratégias para a melhoria da qualidade. A escola é aprisionada por meio de três dispositivos: **1. a padronização curricular/formativa** (BNCC, por exemplo, com vistas ao amplo controle sobre os conteúdos a serem ensinados nas escolas de Educação Básica e sobre as agências formadoras de professores); **2. a aplicação padronizada de testes censitários**, determinantes para estabelecer padrões de qualidade comum a todas as escolas (desconsiderando diferenças e desigualdades territoriais); e **3. a responsabilização verticalizada** (desrespeitando o trabalho e desconsiderando as capacidades docentes, discentes e dos diretores/as).

Precisamos nos preparar para um período longo de batalha, sempre considerando que há aberturas com as contradições. Há um desafio permanente de monitoramento dos efeitos das políticas neoliberais, por meio das pesquisas, mesmo que não tenhamos um projeto articulado de resistência ativa. Temos que pautar os atuais governos, mesmo que eles não acolham as demandas e as transformem em políticas.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Consideramos que construímos um importante legado que direcionou a luta pela educação como direito dentro da perspectiva da Educação do Campo instituído como gênese há mais de duas décadas como o PRONERA, a Educação do Campo no âmbito do MEC (que desenvolveu diferentes ações) e as Licenciaturas em Educação do Campo.

A ideia central sobre democracia na Educação do Campo é o direito a ter direitos, o que está em xeque com esta condição ultraconservadora neoliberal que o Brasil está vivendo. Fator que é revelado em vista do movimento meritocrático que limita o direito à educação aos que alcançam um certo nível de aprendizagem em vista à capacidade individual.

No PRONERA, por exemplo, dados da II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (PNERA -1998-2011) nos permitem evidenciar que houve criação e desenvolvimento de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Foram ofertados 320 cursos em todas as regiões do país, sendo que nos cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, inúmeras pesquisas foram realizadas culminando em várias produções acadêmicas.

Registrou-se nesta Pesquisa que o referido programa resultou em 5.920 produções acadêmico-científicas. Foram 2.747 Monografias/Trabalhos de Conclusão de Curso, 180 artigos científicos e 136 livros. O PRONERA passou a ser objeto de estudos acadêmico-científicos, registrando a existência, por exemplo, de 260 dissertações, 63 teses, 51 livros e 469 artigos científicos.



O Censo Escolar aponta a existência de 55.258 escolas que se declararam *rurais*, o que abrange mais de 5 milhões de matrículas e envolve a atuação de, pelo menos, 376 mil profissionais atuando em sala de aula. Há, também em torno de 2.471 escolas quilombolas e 3.307 escolas indígenas. A diversidade de sujeitos é um patrimônio da Educação do Campo e a luta por educação pública precisa ser entendida como parte dos processos de territorialização da Agricultura Familiar e Camponesa.

As Licenciaturas em Educação do Campo estão em 31 Instituições Federais de Ensino Superior em todas as regiões do país e trata-se da luta do projeto dos/as trabalhadores/as do campo na perspectiva da contra-hegemonia. A Educação do Campo está disputando um projeto de Campo e de Sociedade, onde a centralidade e fonte de formação parte da institucionalização da produção de conhecimento tendo a alternância de tempos formativos como matriz constituinte do curso.

“São conquistas importantes as políticas públicas que juntos construímos nestes vinte anos de luta. Todas elas: o PRONERA; a Residência Agrária; o Procampo – Licenciaturas em Educação do Campo; o Saberes da Terra; o PNLD Campo; o Observatório da Educação do Campo; o PIBID Diversidade; o Escola da Terra; as bolsas específicas para estudantes do campo, indígenas e quilombolas, entre outras, ainda que com imensas limitações, significam a conquista de fundos públicos para a garantia do direito à educação dos trabalhadores.”(MANIFESTO 20 ANOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DO PRONERA, 2018).

No contexto atual, porém, todas essas políticas correm o risco real de desaparecerem. No PRONERA, identifica-se uma indefinição sobre a continuidade do Programa como política pública, pelos cortes orçamentários operados pelo atual governo e pela paralisia na implementação de novos projetos, já aprovados.

Em relação às Licenciaturas em Educação do Campo, a redução do valor custo-aluno e a redução de bolsas aos estudantes causam impacto direto sobre o financiamento da alternância e sobre as condições para permanência dos estudantes no curso. Além destes fatos reais, o anúncio de priorização da formação inicial de professores por meio da EAD – Educação à Distância; a oferta de educação à distância nas escolas do campo e a restrição aos espaços de liberdade de expressão e liberdade de cátedra dos estudantes e professores, são temas que devem nos manter em alerta e organizados/as.

Ante esse contexto, consideramos importante desenvolver nesse período um conjunto de ações de resistência ativa, visando também aperfeiçoar e fortalecer nossos instrumentos e processos de organização e enraizamento do FONEC.



AÇÕES PROPOSTAS

1. Apoio do FONEC à reorganização da Frente Parlamentar de Educação do Campo no Congresso Nacional, com inserção de novos/as parlamentares eleitos em 2018.
2. Audiência Pública na Câmara dos Deputados e Senado Federal e também nas Assembleias Legislativas dos estados e Câmaras Municipais, OAB, Ministério Público Federal e outras instituições sobre as Políticas Públicas de Educação do Campo e o risco a que estão submetidas, no momento atual.
3. Articulação do FONEC com a ANDIFES para mobilização dos/as reitores em relação à Licenciatura em Educação do Campo e PRONERA.
4. Divulgação e distribuição da Cartilha de orientação aos procuradores nos estados acerca do fechamento de escolas e do direito à escola no campo, elaborada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal.
5. Campanha em Defesa da Escola Pública: contra o fechamento e pela criação de novas escolas no campo e por melhores condições de infra-estrutura nas escolas, buscando articulações municipais e estaduais.
6. Realização de um Encontro Internacional de Educação do Campo. – Amadurecer ideia já com oferta de Sede na Universidade Federal da Bahia, data a definir.
7. Construção de um espaço nacional para discussão específica sobre o Ensino Médio, no contexto das escolas do campo e as reformas educacionais em curso.

ORIENTAÇÕES POLÍTICO-ORGANIZATIVAS – para atuação unificada das articulações de Educação do Campo

1. Retomar/ampliar o debate com/entre as comunidades (ribeirinhas, indígenas, quilombolas, assentadas,...), os sindicatos e movimentos populares de base para fortalecer as lutas, as práticas e a articulação da Educação do Campo nos diferentes territórios.
2. Ampliar o leque de articulações e alianças para resistir contra os retrocessos nos direitos conquistados pelas comunidades trabalhadoras do campo.
3. Discutir formas de avançar na relação orgânica entre Educação do Campo e Agroecologia nas escolas, nos cursos, nas atividades de formação e na pesquisa.
4. Fortalecer a EdoC nos Institutos Federais potencializando sua proximidade estratégica às comunidades do interior.
5. Fortalecer o MEEC - Movimento Estudantil da Educação do Campo.

6. Retomar a interlocução com Secretarias Municipais e Estaduais de Educação para abrir espaços de discussão e evitar retrocessos nos direitos conquistados.
7. Construir redes entre as escolas nos municípios visando fortalecer ações frente ao poder público local e potencializar intercâmbios e atividades formativas.
8. Mobilizar as comunidades contra iniciativas de privatização e militarização das escolas e pela defesa da gestão democrática e valorização dos educadores/das educadoras.
9. Disputar orçamento para a manutenção das políticas públicas – Licenciaturas em Educação do Campo e Pronera, por exemplo, via Emendas Parlamentares.
10. Participar da mobilização do conjunto dos professores/as da educação básica contra o desmonte da Previdência Pública (mobilizar-se para a greve convocada pela CNTE para 15 de maio).
11. Fortalecer as Licenciaturas em Educação do Campo: ampliar e mobilizar os sujeitos envolvidos nos cursos para garantir aumento da demanda de vagas, condições de funcionamento e reconhecimento institucional dos cursos em alternância e pressão por concursos públicos; manter atividades nacionais de intercâmbio entre os cursos e formação continuada dos educadores/das educadoras.
12. Realizar cursos preparatórios aos processos de ingresso de estudantes nas Licenciaturas em Educação do Campo.
13. Envolver reitores e entidades educacionais para apoio ao reconhecimento e continuidade da Licenciatura em Educação do Campo e dos cursos do PRONERA no âmbito das IES.
14. Articular iniciativas de pesquisa interdisciplinar nas IES (da graduação ao pós-doutorado), fortalecendo grupos de pesquisa e processos coletivos de sistematização de práticas que envolvam diferentes questões, áreas e sujeitos da Educação do Campo.
15. Organizar levantamento científico e uso social de dados da situação educacional do campo, buscando constituir em cada estado observatórios ou grupos de pesquisa com essa finalidade específica (a exemplo do grupo de pesquisa do Pará).
16. Continuar realizando atividades estaduais ou regionais de Educação do Campo, garantindo divulgação nacional.
17. Garantir articulação de ações entre IES e escolas de educação básica, dando especial atenção para a formação continuada de educadores e a educação de jovens e adultos.
18. Participar da realização das Jornadas Universitárias da Reforma Agrária e dos Cursos de Realidade Brasileira nas Universidades e Institutos Federais. Incluir nessas iniciativas campanhas de arrecadação de livros de literatura para envio aos estudantes das escolas do campo.
19. Realizar feiras agroecológicas nas instituições, visando dar visibilidade aos camponeses e às questões da soberania alimentar, do combate ao uso de agrotóxicos, da reforma agrária.



20. Ampliar e fortalecer os fóruns estaduais de Educação do Campo e seu vínculo com organizações, comunidades e escolas de educação básica.
21. Constituir o Fórum Amazônico da Educação do Campo para articular ações coordenadas entre os estados, a partir de um Encontro Regional Amazônico.
22. Inserção dos estados de Tocantins, Amazonas na representação nacional do FONEC.
23. Fortalecer participação das representações das Escolas Famílias Agrícolas e/ou Casas Familiares Rurais no FONEC.
24. Estudar a criação de um fundo coletivo para financiamento das atividades coletivas do FONEC, com contribuições das articulações estaduais e parceiros.
25. Analisar possibilidade de descentralizar realização das Reuniões Nacionais do FONEC, tornando-as itinerantes pelos estados, como forma de não sobrecarregar Brasília e facilitar e ampliar a participação dos estados sede nas reuniões.

Lula livre! Marielle, presente!

Solidariedade ao povo soberano da Venezuela!

Educação é Direito e não mercadoria!

Brasília, DF, 12 de abril de 2019.